

Respeitar compromissos

24-Nov-2004

Â STAL LEVOU PROTESTOS A COIMBRA

Concentrados na manhÃ£ de hoje frente Ã Secretaria de Estado da AdministraÃ§Ã£o Local, cerca de mil trabalhadores das autarquias aprovaram uma resoluÃ§Ã£o que denuncia o incumprimento de promessas feitas pelo Governo, exige a abertura de negociaÃ§Ãµes para sobre as carreiras, condena a polÃtica salarial para 2005 e reclama o fim da ofensiva destruidora dos serviÃ§os pÃblicos.

Â

RESOLUÃ§Ã£o

Garantir, valorizar e efectivar

os direitos dos trabalhadores

Os trabalhadores da AdministraÃ§Ã£o Local concentrados em Coimbra no dia 24 de Novembro de 2004, para protestar contra a politica do governo Santana/Portas â€ PSD/PP e no caso particular na politica que vem sendo prosseguida para o nosso sector, concluÃram que:

1) A destruiÃ§Ã£o dos serviÃ§os pÃblicos, a retirada dos direitos, a degradaÃ§Ã£o dos salÃrios e desregulamentaÃ§Ã£o das leis laborais, sÃo os principais traÃ§os que continuam a marcar as intenÃ§Ãµes da direita e da extrema-direita no poder. Consideramos ser este um governo de continuidade, que continua a servir os interesses dos grandes grupos econÃmicos e financeiros e as clientelas polÃticas dos partidos do Governo;

2) Aprofundam-se as desigualdades, continua a promiscuidade na utilizaÃ§Ã£o dos dinheiros pÃblicos e o abuso de poder de que sÃo exemplo, as reformas de Mira Amaral, a nomeaÃ§Ã£o da ex-ministra Cardona para a Caixa Geral de DepÃsitos, os salÃrios e mordomias dos directores e de dezenas de assessores do Banco de Portugal, de centenas de assessores do Governo e de outras entidades pÃblicas com valores salariais exorbitantes, em regra sÃ do seu prÃprio conhecimento e do responsÃvel pela sua nomeaÃ§Ã£o;

3) Aquilo que conhecemos em relaÃ§Ã£o ao Â«aumentosÂ» de salÃrios miserÃveis que o governo se prepara para atribuir aos trabalhadores da administraÃ§Ã£o pÃblica, nÃo sÃo mais do que Â«o contar dos tostÃes para os trabalhadoresÂ» para assim poderem continuar a engordar os patrÃes.

Por outro lado e considerando que:

- O actual secretário-geral do PSD e anterior Secretário Estado Administração Local, Dr. Miguel Relvas, desafiou o STAL para conjuntamente com a ANMP consensualizarem algumas questões tratadas no âmbito da comissão tripartida, que logo o governo as concretizava com a publicação legislativa da mesma, o que até à data não aconteceu.

- A 10 Agosto em reunião realizada entre o STAL e o actual Secretário Estado da Administração Local, o mesmo assumiu a situação de ser este, um governo de continuidade.

- Apesar desse compromisso até hoje, nada foi feito no sentido de dar resposta ao já acordado.

Os trabalhadores decidem:

1. Continuar a assumir a exigência de respostas imediatas à SEAL e ao Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, quanto ao compromisso da publicação após negociação das matérias constantes das conclusões da Comissão Tripartida STAL/ANMP/ DGAL;

2. Exigir a concretização das medidas legislativas consensualizadas entre o STAL, a ANMP e a DGAL, no âmbito da Comissão Tripartida criada há mais de dois anos por proposta do secretário de Estado cessante;

3. Lutar pela melhoria e correção de anomalias e distorções existentes nas várias carreiras;

4. Continuar a luta pela igualização do Índice 100 ao valor do Salário Mínimo Nacional;

5. Lutar pela uniformização dos tempos de progressão em todas as carreiras, 3 anos para todos, conforme foi aprovado pela Assembleia da República;

6. Continuar a luta pela regulamentação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco;

7. Lutar pela aplicação dos diplomas sobre reconversão e reclassificação profissional.
8. Condenar o processo privatizador dos serviços públicos em curso, nomeadamente ao nível da água e do ambiente;
9. Continuar o combate em defesa do poder local democrático, próximo dos cidadãos e empenhado na prestação de serviços públicos de qualidade para todos, disponível para em conjunto com a sociedade se empenhar na sua modernização e evolução a emanar como poder dos cidadãos e do povo;
10. Continuar a luta contra a discriminação existente entre as carreiras verticais e horizontais, bem como a interferência negativa das CCDRTMs neste processo;
11. Condenar a recusa sistemática do Governo em negociar de forma séria e efectiva a valorização e requalificação das carreiras dos trabalhadores da Administração Local, fazendo do caderno reivindicativo um instrumento de luta capaz de mobilizar os trabalhadores em torno das nossas questões;
12. Continuar a assumir a luta em defesa dos serviços públicos, com especial empenho na Defesa da Água Pública, como Bem Público imprescindível;
13. Empenhar-se fortemente na defesa da Proposta Reivindicativa para 2005, já aprovada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e entregue ao Governo;
14. Saudar a luta dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Aveiro na defesa dos Serviços Públicos;
15. Assumem trabalhar no sentido de reforçar a nossa acção, e encontrar as formas de luta unificadoras e capazes de tornar mais rápida a resolução dos problemas dos trabalhadores da Administração Local, e dos restantes trabalhadores portugueses;
16. Declaram solenemente a continuidade das acções que em cada momento considerem adequadas até que a SEAL cumpra os seus compromissos e obrigações dando resposta às matérias consensualizadas e resposta às nossas reivindicações.

Coimbra, 24 de Novembro de 2004

Os trabalhadores concentrados junto à SEAL

Â

Â